

EM ANÁLISE A COOPERAÇÃO SUL-SUL: UM NOVO PADRÃO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS?

Avanço de Investigação em Curso

GT12 - Globalização, integração regional e sub-regional

Rosinha Machado Carrion
UFRGS¹

Danielle Regina Ullrich
UFRGS²

Resumo

O tradicional modelo de cooperação internacional Norte-Sul é baseado pela visão desenvolvimentista gestada nos países do Norte que controlam o “sistema mundo”. Todavia, ao conquistarem poder econômico, as novas potências emergentes, entre as quais o Brasil, buscam galgar representatividade e poder político na arquitetura do sistema de relações internacionais erigindo, para tal, o modelo de cooperação Sul-Sul supostamente baseado em relações mais igualitárias e solidárias entre países do Sul. O presente artigo analisa a cooperação Sul-Sul estabelecida, entre o Brasil e Cabo Verde, em função do Acordo de Cooperação Técnica, entre as universidades Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS/Brasil) e Pública de Cabo Verde (Uni-CV), com vistas à realização do Mestrado em Administração Pública.

Palavras-chave: Cooperação Internacional para o Desenvolvimento; Cooperação Sul-Sul; Relações Internacionais.

1. Introdução

Se no período que se estende da segunda metade do século XX ao início do século XXI, o modelo de cooperação internacional é modelado pela visão desenvolvimentista gestada nos países do Norte (Ayllón Pino, 2007), que controlam o “sistema mundo” (Wallerstein, 1974), ao conquistarem poder econômico as novas potências emergentes, entre as quais o Brasil, vão buscar galgar representatividade e poder político também na modelagem do sistema de relações internacionais (Visentini, 2008). Erigindo para tal um novo modelo de relações de cooperação baseado em relações mais igualitárias e solidárias entre os chamados países do Sul.

¹ Professora Associada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), é membro permanente do corpo de professores do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA/UFRGS). Bacharel em Sociologia (UFRGS), licenciada em Literatura e Língua Inglesa (UFRGS). Mestre em Sociologia das Organizações (PUCRS), Realizou a formação de Doutorado em Sociologie Clinique na Université de Paris VII (Jussieu-Sorbonne). É Doutora em Administração (PPGA/UFRGS) e Pós-doutora pelo Institute de Recherche Pour le Développement (IEDES/Université de Paris I/Sorbonne). carrion@ea.ufrgs.br

² Professora do Instituto Federal de Santa Catarina. Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional de Blumenau (FURB/2009). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGA/UFRGS) e bolsista do CNPq.. danielle_ullrich@yahoo.com.br

Ao tratar do tema Milani (2012) aponta que a essência do argumento político que sustenta a chamada Cooperação Sul-Sul (CSS), fundamenta-se no pressuposto que os países periféricos e semiperiféricos podem e devem cooperar a fim de resolver conjuntamente seus respectivos desafios políticos, econômicos e sociais com base em identidades compartilhadas, esforços comuns, interdependência e reciprocidade.

Como forma de resistência ao modelo Norte-Sul e estratégia de afirmação de uma identidade própria a CSS apresentar-se-ia, assim ao mundo, como um processo de cooperação equilibrado, entre países semi-periféricos e periféricos (Puente, 2010; Ayllón Pino, 2007; Xalma, 2011; Carrion, 2012) e que teria como uma de suas premissas o reconhecimento, a valorização e o respeito à pluralidade de saberes que permeiam as relações internacionais, de tal modo que o próprio sentido a ser atribuído ao termo desenvolvimento deveria ser o resultado de uma construção conjunta tendo-se presente o passado histórico e as tradições sociais, culturais, ambientais, econômicas das partes envolvidas. Rompendo-se com isso o padrão eurocêntrico base da Cooperação Norte-Sul, que em nome do progresso técnico alcançado pelos países do Norte, lhes reservava o direito de imporem ao conjunto dos países do “Sul”, recebedores de recursos da cooperação, sua visão de mundo, de ciência e de desenvolvimento.

Diante da problematização acima, o presente artigo questiona se as práticas de cooperação “Sul-Sul” para o desenvolvimento representariam uma ruptura paradigmática com o modelo de cooperação Norte-Sul? Estariam, tais práticas, baseadas na racionalidade substantiva e assegurando espaço ao compartilhamento e construção conjunta de novos saberes? Ou, pelo contrário a tendência seria à reprodução da lógica instrumental subjacente às ações de cooperação “Norte-Sul” e, nesse sentido, estar-se-ia diante de uma situação de reprodução do modelo eurocêntrico de dominação?

O artigo que propomos para o debate analisa o padrão de relações estabelecidas, entre o Brasil e Cabo Verde, no âmbito da CSS, em função do Acordo de Cooperação Técnica, entre as universidades Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS/Brasil) e pública de Cabo Verde (Uni-CV), para a realização do curso de Mestrado em Administração Pública.

Para tal foi estruturado em cinco capítulos. Uma introdução na qual são apresentados o objetivo e as questões que nortearam teórica e empiricamente o estudo. O segundo capítulo apresenta um breve histórico do modelo de cooperação internacional para o desenvolvimento e o discurso desenvolvimentista que historicamente tem permeado as relações Norte-Sul de cooperação. Já no terceiro apresenta-se resumidamente as características atribuídas pela literatura ao modelo de cooperação Sul-Sul, bem como questiona-se em que medida é possível referir-se um novo padrão das relações internacionais. O quarto capítulo expõe o caso empírico da Cooperação Sul-Sul entre Brasil e Cabo Verde objeto do estudo. O quinto e, último, é dedicado às nossas considerações finais acerca da problemática estudada.

2. Cooperação Internacional para o “Desenvolvimento” e o discurso desenvolvimentista

Segundo Ayllón Pino (2007), as primeiras iniciativas de cooperação internacional para o desenvolvimento ocorreram posteriormente à Segunda Guerra Mundial, sendo condicionadas pela preponderância de uma conjuntura geopolítica determinada pela divisão bipolar do mundo. Uma impossibilidade de acomodação de poderes no âmbito mundial foi exposta pelas duas grandes guerras do século XX, bem como pela posterior divisão do mundo em dois grandes blocos onde, de um lado se encontravam os países liderados pelos Estados Unidos (defensor político-ideológico do capitalismo) e, de outro, os países sob a tutela da então União Soviética (defensora político-ideológica do socialismo).

Para modificar as condições de sua inserção internacional diante da divisão bipolar que se impunha, os países “subdesenvolvidos” deveriam se esforçar para sair do “atraso” e da pobreza em que

se encontravam. Para tanto, eles contariam com uma “ajuda” condicionada, dos Estados do Norte para sair da condição de miséria em que se encontravam, desde que suas expectativas fossem orientadas em termos do modelo ocidental das sociedades capitalistas. Neste contexto, a noção de “progresso” vista como evolução, maturação, ou ainda modernização, passa a ser reeditada, não mais nos termos de uma imposição colonial, mas como “ajuda para o desenvolvimento” (Santos Filho, 2005).

Com o discurso de posse de Harry Truman, presidente eleito nos Estados Unidos em 1949, abriu-se um espaço de discussão sobre como seria levado adiante o novo padrão de relações entre os países industrializados do Norte, autodenominados “desenvolvidos”, e os países do Sul por eles classificados como “subdesenvolvidos.” Conforme é possível observar na visão tradicional da cooperação acima exposta, caberia aos países do Norte, tecnológica e industrialmente mais avançados prover sob a forma de “cooperação”, a ajuda necessária para que os países periféricos “subdesenvolvidos”, ou do “Sul” pudessem superar o estágio de subdesenvolvimento em que se encontravam e rumarem, assim, em direção ao “progresso” e à democracia (Carrion, 2012). De acordo com Santos Filho (2005), o ponto central era criar mecanismos para a modernização dos Estados apontados como “subdesenvolvidos”, conforme o modelo ocidental. Segundo Grosfoguel (2008), essa visão de desenvolvimento privilegiou a prática do “Ocidente” como modelo a ser seguido pela periferia do sistema, numa concepção eurocêntrica.

Durante a década de 1960, a cooperação internacional foi dominada pelos modelos desenvolvimentistas, que davam à cooperação a função de promover o “progresso”, sendo o investimento de capital o motor para promover o crescimento econômico ou, como diriam, o “desenvolvimento” dos países avaliados como “subdesenvolvidos”. Nesse modelo, o Estado deveria desempenhar o papel de líder, planejador e investidor. Conforme essa visão, caberia aos países centrais transferir recursos de capital necessários para que os países periféricos alcançassem um nível de poupança suficiente para promover o desenvolvimento (Afonso & Fernandes, 2005).

Na década de 1970, predominou nos estudos sobre desenvolvimento, a teoria da dependência, a qual, segundo Cardoso e Falleto (1984), enfatizou a dicotomia centro-periferia, defendendo que a causa do subdesenvolvimento dos países periféricos (atrasados) radicava na articulação que mantinham com o centro (desenvolvido). Essa articulação era baseada na exploração da periferia pelo centro.

Nos anos de 1980, com os problemas nas balanças de pagamentos e a emergência da crise da dívida nos países periféricos, os objetivos da cooperação internacional para o desenvolvimento foram reorientados, e as medidas impostas passaram a ser, essencialmente, macroeconômicas (Afonso & Fernandes, 2005). Neste período, a cooperação internacional se dirigiu para os países que aceitassem os programas de ajuste estrutural (PAS) propostos pelas organizações financeiras internacionais, nos termos do Consenso de *Washington* (Sánchez, 2002). De tal modo que muitos países periféricos estiveram sob a supervisão e intervenção direta do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. As políticas, de cunho neoliberal, conduziram à bancarrota muitos países da periferia e permitiram a transferência da riqueza do “Sul” para grandes empresas e instituições financeiras transnacionais sediadas no “Norte”. (Grosfoguel, 2008).

No final dos anos 1980, segundo Barbantine Junior (2005), além dos problemas da crise financeira, os pressupostos neoclássicos do desenvolvimento também passaram a ser questionados pelo crescente aumento dos problemas sociais e ambientais, ignorados por uma escola econômica que os classificava como externalidades a serem incorporadas pelo mercado. Na década de 1990, conforme Sánchez (2002), com o final da Guerra Fria e o fracasso dos PAS, novamente alterou-se a concepção da cooperação. Nesse período, propôs-se que doadores e receptores trabalhassem em conjunto, substituindo a tradicional relação de dominação vertical por uma relação de colaboração, em que ambos estariam responsáveis pelos resultados que viessem a ser obtidos.

Como aponta Santos Filho (2005), as mudanças no modelo de desenvolvimento praticado, ao longo do tempo, não foram, todavia capazes de produzir os efeitos esperados nas sociedades ditas subdesenvolvidas. Sousa Santos (2008) e Grosfoguel (2008) criticam o modelo de racionalidade pelo qual se pautam as relações de cooperação Norte-Sul, e propõem uma compreensão não ocidental e contra hegemônica do mundo como alternativa construída pelo “Sul”, respeitando suas particularidades.

Nesses termos, o modelo de cooperação “Sul-Sul”, em tese, passaria a considerar as práticas, os atores, as relações sociais, o contexto local, privilegiando a história, as tradições culturais e territoriais locais.

3. A Cooperação Sul-Sul: um novo padrão de relações internacionais?

Diante do cenário de disputa entre Norte (Centro) e Sul (Periferia), começou a ser formulado ainda na década de 1950, no auge da Guerra Fria, o conceito político “Sul-Sul”. A Conferência Ásia-África, realizada em Bandung, Indonésia, em abril de 1955, reuniu países avaliados como “subdesenvolvidos” para apresentarem aos países reconhecidos como “desenvolvidos”, problemas relativos ao desenvolvimento. Formou-se, então, o Movimento dos Não Alinhados, que buscava por uma reforma no sistema econômico internacional, cujo clímax ocorreu na Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), em 1964, e culminou com a formação do Grupo dos 77 – G77 (Puente, 2010; Esteves et al., 2012; Abreu, 2012), permitindo assim, a institucionalização da solidariedade entre os países do Sul.

Conforme Puente (2010), o Grupo dos 77 reunia países semiperiféricos e periféricos interessados em reforçar sua posição mediante a identificação de pontos de interesse comum e da proposição de medidas concretas que pudessem alterar as condições do comércio internacional, consideradas como desvantajosas para os países do Sul. O próprio modelo de cooperação para o desenvolvimento (Norte-Sul) passou, também, a ser questionado, por estar assentado sobre bases ora assistencialistas, ora de dominação submetidas a interesses comerciais dos países do Norte.

Já as primeiras ações, no sentido de uma forma mais igualitária de cooperação, acontecem em meados da década de 1960. Não obstante, foi somente na década de 1970, que essa modalidade estabeleceu-se de fato (Puente, 2010). A emergência da Cooperação Sul-Sul (CSS) se vincula à necessidade dos países do Sul equilibrarem os efeitos perversos das relações Norte-Sul (Puente, 2010). De acordo com Milani (2012) muitas das críticas feitas à cooperação para o desenvolvimento baseiam-se nos efeitos perversos percebidos por meio de experiências históricas e nas promessas não cumpridas, relacionadas à cooperação Norte-Sul. Tais críticas estariam sido reforçadas, inclusive, por intelectuais provenientes dos países em desenvolvimento, “[...] os quais têm apontado que desenvolvimento e subdesenvolvimento seriam, de fato, as duas faces de um mesmo processo global e histórico de desenvolvimento do capitalismo.” (Milani, 2012, p. 224).

Diante da formulação de críticas à cooperação Norte-Sul, das mudanças na ordem internacional e da “emergência” de novos Estados promotores da bandeira da CSS, um olhar mais cuidadoso tem sido direcionado sobre a realidade desta cooperação (Milani, 2012). A CSS, também conhecida como cooperação horizontal, cooperação entre países em desenvolvimento ou ainda cooperação entre países semiperiféricos e periféricos, idealmente, é compreendida pelos autores da área de relações internacionais como um processo de parceria econômica, política, social, comercial ou de outra natureza que se estabelece trazendo vantagens mútuas para os países parceiros, semiperiféricos e periféricos, tanto de forma bilateral quanto multilateral (Puente, 2010; Ayllón Pino, 2007; Xalma, 2011; Carrion, 2012). Contudo, como aponta Abreu (2012) qualquer tentativa de definição das CSS

trata-se de uma aproximação, tendo-se em vista a diversidade que existe tanto entre os países ditos do “Sul”, quanto com relação ao objeto de cooperação.

Entre as inúmeras diferenças entre países envolvidos em CSS, Milani (2012, p. 225) destaca singularidades nas políticas públicas (desenho institucional), no “[...] comportamento multilateral, tamanho de suas respectivas economias, inserção regional, modelo produtivo e de desenvolvimento”, assim como em “[...] suas respectivas políticas domésticas, em alguns casos mais pluralistas do que em outros”. Fatores esses que tornam relevantes tanto o estudo teórico, quanto o empírico das iniciativas de CSS, já que muitos desses países são, simultaneamente, doadores e beneficiários de projetos da cooperação.

Historicamente, os princípios da CSS começaram a ser delineados em 1977, durante a 32ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU). Conforme Xalma (2011), pela primeira vez, uma resolução da ONU buscou definir os objetivos e os princípios da então chamada, Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD). A intenção, conforme ficou definido, seria promover alianças bilaterais entre os chamados países em desenvolvimento.

No ano seguinte, em 1978, também sob a égide das Nações Unidas, 138 países reuniram-se e adotaram o Plano de Ação de Buenos Aires (BAPA), cuja finalidade era promover e implementar a CTPD. Conforme Puente (2010), a Conferência de Buenos Aires, representou o primeiro esforço coletivo de identificação e de sistematização das formas, modalidades e possibilidades de cooperação entre países em desenvolvimento. De acordo com Puente (2010), o BAPA instituiu a CTPD, a qual somava às modalidades de programas e acordos bilaterais e multilaterais já praticadas. A intenção era aproveitar as capacidades de cada país de modo a superar as relações de dependência então existentes na cooperação Norte-Sul. Conforme Xalma (2011), o BAPA definiu a CTPD como um processo consciente, sistemático e politicamente motivado caracterizado pelos princípios de: não ingerência nos assuntos internos de outras nações por países cooperantes; igualdade entre os parceiros; e respeito para o desenvolvimento local de cada país.

Após os avanços obtidos pela CSS na década de 1970, Puente (2010) afirma que, a crise dos anos 1980 teria provocado um período de estagnação. Assolados pela dívida interna, os países semiperiféricos, não dispunham de recursos para financiar os projetos de cooperação. Como se sabe, por imposição do Fundo Monetário Internacional (FMI), o período pós a chamada “década perdida”, foi acompanhado da implementação de programas de ajustamento ortodoxos, com cortes nas despesas públicas, fazendo com que os recursos para financiar iniciativas de desenvolvimento praticamente deixassem de existir.

A partir da década de 1990, com a aceleração da globalização, novos desafios se colocaram à CSS, e passaram a exigir de todos os países, mas especialmente dos semiperiféricos, que buscassem novas formas de inserção na arena internacional. Conforme aponta Visentini (2008, p. 1) “a globalização gerou espaços para a projeção de potências regionais, líderes de blocos econômicos, o que contribui para reforçar a possibilidade de formação de um sistema mundial multipolar, em lugar de uma neo-hegemonia norte-americana”.

Com o objetivo minimizar os riscos e maximizar as oportunidades associadas ao processo de globalização, conforme Puente (2010), os países privilegiaram a estratégia da CSS. Em especial, por recomendação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e também pela iniciativa de alguns países do Sul, reforçou-se o discurso da CSS nos foros internacionais, o que pôde ser percebido por meio das diversas conferências internacionais realizadas sobre o tema, a partir dos anos 2000.

Em 2000, foi realizada em Havana a I Cúpula Sul-Sul, sob a égide do sistema das Nações Unidas, da qual participaram os países do G77 e China. A declaração final enfatizou a importância da

CSS no novo milênio (UN, 2000). Em dezembro de 2003, da Conferência de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul, realizada em Marrakesh, pelos países do G77, resultaram a Declaração de Marrakesh e o Arcabouço de Marrakesh para a Implantação da CSS. Conforme debatido em Marrakesh, a CSS é entendida como complementar, como capaz de somar forças a consecução dos Objetivos do Milênio, e não como substitutiva, ou, ainda, como sinônimo de perda de interesse dos países desenvolvidos em “assistir os países em desenvolvimento” (UN, 2003). Em junho de 2005, foi realizada em Doha no Qatar, a Segunda Cúpula do Sul, com a participação dos países do G77 e China, os quais reafirmaram os compromissos assumidos nas Conferências de Havana em 2000 e de Marrakesh em 2003. No documento aprovado pela Assembleia Geral da ONU, ratificaram o papel que desempenha a CSS diante dos desafios impostos aos países do Sul, num contexto geral de multilateralismo, reconhecendo que este tipo de cooperação é um complemento e não um substituto à perspectiva da cooperação Norte-Sul (G77, 2005). Em 2009, a Assembleia Geral da ONU, aprovou o documento final da Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul, que ocorreu em Nairóbi, no Quênia. O documento reforçou os princípios da CSS, e também destacou a importância da cooperação trilateral, em especial, em reconhecimento à crise financeira e econômica, destacando a importância do apoio dos países desenvolvidos e dos organismos multilaterais à CSS (UN, 2009).

O traçado histórico e as discussões sobre a CSS consolidaram-na como uma modalidade de cooperação que contempla três dimensões: (i) **dimensão política**, que promove a constituição de âmbitos autônomos para a geração de perspectivas e práticas alternativas entre países semiperiféricos e periféricos; (ii) **dimensão técnica**, processo pelo qual países semiperiféricos e periféricos adquirem capacidades individuais e coletivas através de intercâmbios cooperativos em conhecimentos, experiências tecnológicas, *expertises* tecnológicas, que se traduzem em projetos e programas de cooperação; (iii) **dimensão econômica**, realizada no âmbito comercial, financeiro e de investimentos entre países semiperiféricos e periféricos (Ayllón Pino, 2012).

Ao contemplar estas dimensões, Puente (2010) e Esteves et al. (2012), afirmam que a CSS configura-se ora como estratégia alternativa, ora como complementar, e não necessariamente excludente, à cooperação Norte-Sul (conforme historicamente praticada). Tal proposição está de acordo com os compromissos assinados durante as Conferências Internacionais realizadas nos anos 2000 (UN 2000; UN, 2003; G-77, 2005; UN, 2009).

Assim, em um cenário de mudanças na ordem internacional e de “[...] emergência de novos Estados promotores da bandeira da CSS, parece se impor um olhar mais cuidadoso, analítico e empírico sobre essa realidade da cooperação” (Milani, 2012, p. 224). Posto isso, o próximo item, com a intenção de apresentar dados empíricos, expõe alguns aspectos referentes ao acordo de cooperação entre Brasil e Cabo Verde para a implementação do Mestrado em Administração Pública, objeto de estudo de nossa tese em andamento.

4. O caso da Cooperação Sul-Sul entre Brasil e Cabo Verde para implementação do Mestrado em Administração Pública

Tomando por base as iniciativas de CSS, reconhece-se a experiência brasileira como um caso privilegiado para análise. A atuação do Brasil nesse campo vem despertando atenção nos anos recentes ao evidenciar o aumento dos recursos investidos, o destino e direcionamento de recursos para países periféricos na América Latina, África e Ásia, bem como a busca de reconhecimento como país líder no âmbito internacional ao investir e capitaniar projetos de CSS (Puente, 2010; Vigevani & Cepaluni, 2007; Valler Filho, 2007; Ayllón Pino, 2012; Milani, 2012).

Situação essa que seria reflexo tanto dos princípios basilares que pautam a cooperação brasileira, tais como a reconhecida tradição de respeito aos princípios da boa convivência, da cooperação e da paz entre as nações, a observância estrita das regras do direito internacional, de permanente e ativo trabalho na construção de um mundo melhor (Valler Filho, 2007), como de mudanças introduzidas no direcionamento da política externa brasileira no governo do Presidente Lula. Ressalta-se que, no período 2005-2009, segundo cálculos do IPEA, o Brasil destinou à cooperação internacional aproximadamente R\$ 2,9 bilhões, distribuídos em contribuições multilaterais, programas de cooperação técnica, bolsas de estudo para estudantes estrangeiros e assistência humanitária (IPEA & ABC, 2010).

Dentre os parceiros do Brasil na CSS, destacam-se, principalmente, países da América Latina, América Central e Caribe e da África Lusófona, ou os PALOPs (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), que foram tratados como prioridade na política externa do governo Lula. Dados do MRE (2007), apontam que os PALOPs somam 77,45% dos projetos de cooperação brasileira na África.

Analisando as áreas em que ocorrem os acordos de cooperação observa-se a grande concentração de recursos na educação, com projetos direcionados para formação e qualificação de africanos lusófonos, diplomaticamente justificados ora em nome da proximidade com a língua e, portanto, da facilidade para a construção de “comunidades identitárias”, conforme apontam Pinheiro e Beshara (2012), ora em nome da dívida histórica que o Brasil teria para com as populações africanas lusófonas em face a sua contribuição ao perfil multiétnico da nação brasileira, conforme apontam Almeida e Kraychete (2012). Questões menos aventadas dizem respeito, todavia, ao interesse econômico do Brasil na consolidação de parcerias com os PALOPs.

É neste cenário que se enquadra o acordo de cooperação técnica entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Universidade de Cabo Verde (Uni-CV) para a implementação do Mestrado em Administração Pública, parceria oriunda das relações estabelecidas entre os países para a instalação da Uni-CV, a primeira universidade pública de Cabo Verde. Ressalta-se que, em 2004, o governo brasileiro, através da CAPES/MEC, mobilizou as Universidades Federais do Ceará, do Rio Grande do Sul e de Brasília para colaborarem com a Comissão Nacional para a Instalação da Universidade de Cabo Verde (CNI-UniCV).

Em setembro 2004 foi realizada a 1ª missão do Grupo de Trabalho Brasileiro para a Cooperação com Cabo Verde para, em conjunto com a Comissão Nacional de Instalação da Uni-CV, estabelecer um programa de cooperação que viabilizasse a implementação da Universidade (MINEDU, 2013).

Em janeiro 2005 foi assinado, em Cabo Verde, o Programa de Trabalho em matéria de Educação Superior e Ciência entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde. Este Programa sintetiza os principais eixos de intervenção em matéria de Ensino Superior e Ciência. Com este instrumento criou-se, institucionalmente, a Comissão Paritária Bilateral do Ensino Superior e Ciência, composto por elementos dos dois países, órgão que seria responsável pela execução, monitorização e avaliação deste Programa. Em abril de 2005 foi assinado o Plano Operacional Anual entre a CAPES e a CNI-UniCV, tendo sido realizada uma missão da referida comissão ao Brasil (MINEDU, 2013).

A partir desses entendimentos, em abril de 2005, a CNI-UniCV convidou o então Reitor da UFRGS, para uma visita de trabalho ao país, o qual por problemas de agenda, enviou no seu lugar, o então Secretário de Relações Institucionais e Internacionais. Nesta missão, foram realizadas reuniões de trabalho, nas quais foram apresentados os objetivos da Comissão de Instalação e estabelecido o prazo de agosto de 2006 para a instalação da Uni-CV. Em tempo, foi solicitado a UFRGS apoio para a implementação de Mestrados para a capacitação e formação de docentes, nas áreas de Engenharia, Ciências Sociais e Gestão Territorial e Urbana. Também foi solicitado que a UFRGS auxiliasse na

organização de uma Feira do Livro Universitário, em Cabo Verde bem como apoio bibliográfico à futura Universidade. Após os trâmites legais, em novembro de 2005 foi assinado o protocolo de cooperação entre a UFRGS e a CNI-UniCV.

Em fevereiro de 2007, durante a visita do então Reitor da UFRGS a Cabo Verde, as instituições elaboraram um memorando de entendimento, cujo conteúdo identifica os domínios de cooperação e as ações a serem desenvolvidas. Neste memorando estava previsto a realização de mestrados em Cabo Verde com o apoio da UFRGS, sendo eles: Mestrado em Ciências Sociais; Mestrado em Tecnologia das Edificações e Mestrado em Ordenamento do Território e Desenho Urbano. Destas propostas, foi implementado a partir de 2007, o Mestrado em Ciências Sociais, com o apoio pedagógico da UFRGS e financeiro da CAPES.

Com relação à implementação do Mestrado em Administração Pública, as primeiras tratativas ocorrem no primeiro semestre de 2008. Os contatos foram estabelecidos entre o prof. Claudio Furtado, na época Pró-reitor de Pós-graduação da Uni-CV e a professora Rosinha Machado Carrion, professora da EA/UFRGS. Em abril de 2008, o prof. Cláudio manifesta o desejo de contar com a colaboração da Escola de Administração da UFRGS, para elaboração do Plano de Estudos (Plano Pedagógico) do Curso de Graduação em Gestão de Negócios e Governança. No período de 10 a 16 de maio de 2008, a professora Rosinha realiza uma missão à Uni-CV, para compor a equipe de trabalho internacional, formada por professores do ISCAL, ISCTE, FGV/RJ e UFRGS, os quais auxiliaram no desenho das ofertas formativas da recém criada Escola de Negócios e Governança.

Durante esta visita, é solicitado oficialmente a EA/UFRGS o apoio para a implementação do Mestrado em Administração Pública. A proposta inicial era a implementação de um curso de especialização em Administração Pública que visava atender a uma solicitação do Governo do Estado de Cabo Verde para formar profissionais para o exercício das carreiras de gestores públicos e de professores pesquisadores.

Em entrevista, o prof. Cláudio Furtado (na época Pró-reitor de Pós-graduação da Uni-CV) e o prof. Daniel Costa (na época Presidente da Escola de Governança e Negócios) destacaram que a escolha da EA/UFRGS para implementar o Mestrado em Administração Pública considerou três motivos: a) a estratégia de concentração institucional, firmando sempre que possível acordos de cooperação com a mesma instituição no Brasil; b) o reconhecimento da excelência do curso de Administração da EA/UFRGS nas avaliações da CAPES; c) a inserção de um cabo-verdiano no corpo docente da UFRGS, vinculado ao Departamento de Sociologia, o qual seria um elo nas relações institucionais.

Participaram deste Programa de Mestrado, 26 alunos, dos quais 12 defenderam a dissertação. Com relação ao perfil, a média de idade era 42 anos, todos possuíam licenciatura e cinco haviam cursado Especialização. Os alunos do Mestrado ocupavam cargos na administração pública de Cabo Verde. As instituições as quais estavam vinculados eram: Câmaras Municipais (6), Ministério das Finanças (5), DGCI - Direção Geral das Contribuições e Impostos (4), Assembleia Nacional (2), Ministério da Justiça (1), Ministério da Descentralização, Habitação e Ordenamento do Território (1), Ministério da Educação (1), Ministério do Trabalho, Formação Profissional e Solidariedade Social (1), Secretaria de Estado da Administração Pública (1), Direção Geral de Administração Local (1), Direção Geral de Transportes Rodoviários (1), INAG (1), Consultoria (1).

O perfil dos alunos, portanto, implicava na elaboração de um curso multidisciplinar, que contemplasse as diversas áreas da gestão pública cabo-verdiana, além de pressupor uma relação mais próxima da teoria com a prática, visto que no período de elaboração do projeto pedagógico do Curso, o país estava em pleno processo de Reforma do Estado, inclinado aos preceitos neoliberais.

O caso de implementação do Mestrado em Administração Pública em Cabo Verde caracteriza-se como exemplo de projeto de cooperação Sul-Sul no qual o Brasil atua como país doador de conhecimento e tecnologia. As escolhas dos parceiros nos projetos de CSS refletem os interesses dos países participantes. No caso de Cabo Verde, a escolha pelo Brasil para implementar um curso de Mestrado para a formação de gestores públicos, reflete o desejo dos cabo-verdianos de “fugirem” de uma tutela lusitana que remete ao período de dominação colonial. A motivação para a parceria com o Brasil seria a busca de uma visão alternativa para a formação de gestores públicos locais. Visão essa distinta dos pressupostos e regras portuguesas que ainda predominam na estrutura administrativa e legislativa de Cabo Verde. Já, no que tange ao Brasil, o referido acordo é coerente com os objetivos da política externa do governo Lula, período no qual a cooperação com países africanos, especialmente os PALOPs, foi incentivada. Para a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e, em particular para os professores do Programa de Pós-Graduação em Administração, da mesma universidade, representou a par a expansão das parcerias internacionais pré-existentes na área de formação, a oportunidade de profundo aprendizado e desenvolvimento humano.

Diante dos dados já tratados no atual momento da análise, aparentemente a cooperação internacional acima referida teria privilegiado uma visão de mundo e uma racionalidade que tem por pressuposto que o processo de desenvolvimento deve privilegiar os conhecimentos, habilidades e competências locais e valorizar a troca de tecnologias e experiências entre as partes envolvidas (Xalma, 2011; Puente, 2010; Milando, 2005; De Sardan, 1995), de modo a contribuir para superar-se situações de dominação ideológica, social, cultural e econômica de países, mas sobretudo de pessoas que vivem na periferia e semi-periferia do sistema mundo, por países do centro (Grosfoguel, 2008). Todavia, conforme anteriormente exposto, o presente artigo é parte de estudo em andamento e requer, portanto, o aprofundamento da análise para que se possa afirmar de modo mais conclusivo. Tendo-se, evidentemente presente as limitações que se interpõem a qualquer tentativa de generalização dos achados de pesquisa tendo em vista tratar-se de um estudo de caso.

5. Considerações finais

Baseado nas discussões supra-referidas, o presente artigo questionou se a cooperação “Sul-Sul” estaria sendo pautada por um novo padrão de relações internacionais, representativo de uma ruptura com o modelo de cooperação “Norte-Sul” historicamente praticado, ou se estar-se-ia diante de uma situação de reprodução de um modelo de dominação internacional no qual os países do centro imporiam sua lógica aos países na periferia e semi-periferia do sistema mundo. A conclusão a qual se chega, é que a cooperação internacional para o desenvolvimento “Norte-Sul” nos moldes como vem sendo praticada reproduz o modelo de dominação colonial ocidental/eurocêntrico, nos termos como é conceituado por Sousa Santos (2008) e Grosfoguel (2008). Por outro lado, o modelo de cooperação “Sul-Sul”, na qual os países periféricos e semi-periféricos estabelecem redes de cooperação, estaria segundo Xalma (2011) reforçando as capacidades entre os parceiros em uma relação horizontal em que ambos se beneficiam. Nesse sentido as relações de cooperação “Sul-Sul” caracterizar-se-iam por um processo mais participativo, dialógico, compreendendo os diferentes sujeitos sociais de modo a resgatar a dimensão política e a possibilidade de emancipação dos sujeitos.

Ressalta-se que, a política externa brasileira, em especial, durante o governo Lula, amadureceu o conceito político do “Sul”, buscou reforçar as relações com países semiperiféricos e periféricos, e aumentar o protagonismo do Brasil no cenário internacional, mediante a assunção de uma postura de país doador no campo da cooperação internacional para o desenvolvimento. Para além da retórica, o

Brasil tem investido em esforços e priorizado ações e projetos na área de educação com os PALOPs, mantendo as diretrizes da política externa aplicadas no governo Lula.

Neste cenário inseriu-se o acordo de cooperação técnica entre a UFRGS e a Uni-CV, objeto empírico de estudo de nossa tese. Os resultados iniciais apontam para um modelo de cooperação “Sul-Sul”, pautado por uma relação dialógica, de proximidade e reciprocidade, respeitando a pluralidade de saberes e a cultura local. Entretanto, uma análise mais consistente dos dados, ainda em curso, faz-se fundamental para que possamos responder em maior profundidade o desafio epistemológico no qual nos lançamos.

Referências

- ABREU, A. F. V. de. (2012). A Cooperação Sul-Sul e a atual dinâmica da Ajuda Internacional para o Desenvolvimento. In: *Seminário Nacional de Pós-Graduação em Relações Internacionais*, Brasília, Brasil.
- AFONSO, M. M. & FERNANDES, A. (2005). *ABCD Introdução à Cooperação para o Desenvolvimento*. Lisboa: Instituto Marquês de Valle Flôr/Oikos.
- ALMEIDA, E. L. de. & KRAYCHETE E. S. (2012). O Discurso Brasileiro para a Cooperação em Moçambique: existe ajuda desinteressada? In: *III Conferência Internacional do IESE “Moçambique: Acumulação e Transformação em Contexto de Crise Internacional”*. Maputo, Moçambique.
- AYLLÓN PINO, B. (2007). La Cooperación Internacional para el Desarrollo: fundamentos y justificaciones en la perspectiva de la Teoría de las Relaciones Internacionales. *Carta Internacional*, 2 (2), 32-47.
- AYLLÓN PINO, B. (2012). Transformações Globais, Potências Emergentes e Cooperação Sul-Sul: desafios para a cooperação europeia. *Caderno CRH*, 25 (65), 233-249.
- BARBANTINE JUNIOR, O. (2005). Desenvolvimento e Relações Internacionais. In: CAMPOS, Taiane Las Casas (Org.) *Desenvolvimento, desigualdades e relações internacionais* (pp. 141-169). Belo Horizonte: Ed. PUC de Minas.
- CARDOSO, F. H. & FALLETO, E. (1984). *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica* (7. ed.) Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- CARRION, R. M. (2012). Em Análise a Contribuição dos Recursos da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento de Cabo Verde. Porto Alegre. *Projeto de Pesquisa PPGA/UFRGS*.
- DE SARDAN, J. P. O. (1995). *Antropologie et development: essai en socio-anthropologie du changement social*. Paris: Karthala.
- ESTEVES, P.; ABREU, A.; FONSECA, J.; NIV, A.; ASSUNÇÃO, M. & URIAS, F. (2012). A cooperação para o desenvolvimento, os BRICS e a política externa brasileira. In: JACOB, O. (Ed.) *Economia, parlamentos, desenvolvimento e migrações: as novas dinâmicas bilaterais entre Brasil e Europa*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung.
- GROSFOGUEL, R. (2008). Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista crítica de ciências sociais*, (80), 115-147.
- G77 - Group of 77. (2005). *Second South Summit. Doha Declaration*. Doha, Qatar. Recuperado em 29 de novembro de 2012, do sítio da Web: [http://www.g77.org/southsummit2/doc/Doha%20Declaration\(English\).pdf](http://www.g77.org/southsummit2/doc/Doha%20Declaration(English).pdf)
- IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada & ABC - Agência Brasileira de Cooperação. (2010). *Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional 2005-2009*. Brasília: IPEA: ABC.

Recuperado em 21 de maio de 2011 do sítio da Web: http://www.abc.gov.br/lerNoticia.asp?id_Noticia=606

MILANI, C. R. S. (2012). Aprendendo com a História: críticas à experiência da Cooperação Norte-Sul e atuais desafios à Cooperação Sul-Sul. *Caderno CRH*, 25 (65), 211-231.

MILANDO, J. (2005). *Cooperação sem Desenvolvimento*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

MINEDU- Ministério da Educação e Desporto de Cabo Verde (2013). *Ensino Superior*. Recuperado em 23 de março de 2013 do sítio da Web: <http://www.minedu.gov.cv/index.php/o-sistema-educativo/87-med/o-sistema-educativo/105-ensino-superior>

MRE. Secretariado Geral para Cooperação e Promoção Comercial. (2007). *South-South Cooperation Activities Carried Out By Brazil*. Recuperado em 02 de dezembro de 2012 do sítio da Web: http://www.funag.gov.br/biblioteca/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=462&Itemid=41

PINHEIRO, L. & BESHARA, G. (2012). Política Externa e educação: confluências e perspectivas no marco da integração regional. In: PINHEIRO, L. & MILANI, C. (Org.) *Política externa brasileira: as práticas da política e a política das práticas*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

PUENTE, C. A. I. (2010). *A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento de política externa: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento – CTPD- no período 1995-2005*. Brasília: FUNAG.

SÁNCHEZ, E. R. (2002). *Cooperación y Desarrollo: nueve preguntas sobre el tema*. Burgos (Espanha): Amycos. Recuperado em 19 de junho de 2012 do sítio Web: http://www.ciberoamericana.com/documentos/introcoopdes/Cooperacion_y_desarrollo_Nueve_preguntas_sobre_el_tema.pdf

SANTOS FILHO, O. dos. (2005). O fogo de Prometeu nas mãos de Midas: desenvolvimento e mudança social. In: CAMPOS, Taiane Las Casas (Org.) *Desenvolvimento, desigualdades e relações internacionais* (pp.13-75). Belo Horizonte: Ed. PUC de Minas.

SOUSA SANTOS, B. (2008). *A Gramática do Tempo: por uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez.

UN – UNITED NATIONS. (2000). *Declaration of the South Summit*. Havana, Cuba. Recuperado em 23 de novembro de 2012 do sítio da Web: http://www.g77.org/doc/docs/summitfinaldocs_english.pdf

UN – UNITED NATIONS. (2003). *High-Level Conference on South-South Cooperation: Marrakech declaration on South-South Cooperation*. Morocco. Recuperado em 23 de novembro de 2012 do sítio da Web: [http://www.g77.org/doc/docs/Marrakech%20Final%20Docs%20\(E\).pdf](http://www.g77.org/doc/docs/Marrakech%20Final%20Docs%20(E).pdf)

UN – UNITED NATIONS. (2009). *High-level United Nations Conference on South-South Cooperation*. Nairobi. Recuperado em 23 de novembro de 2012 do sítio da Web http://southsouthconference.org/?page_id=6

VALLER FILHO, W. (2007). *O Brasil e a crise haitiana: a cooperação técnica como instrumento de solidariedade e de ação diplomática*. Brasília: FUNAG.

VIGEVANI, T. & CEPALUNI, G. (2007). A Política Externa de Lula da Silva: A Estratégia da Autonomia pela Diversificação. *Contexto Internacional*, 29 (2), 273-335.

VISENTINI, P. (2008). *O Brasil e a Cooperação Sul-Sul No Pós-Guerra Fria*. Políticas externas comparadas, relações bilaterais e multilaterais com as "potências emergentes". Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais/UFRGS. Recuperado em no dia 05 de março de 2013 do sítio Web: <http://paulodaltr.blogspot.com.br/2008/12/o-brasil-e-cooperacao-sul-sul-no-ps.html>

WALLERSTEIN, I. (1974). The Rise and Future Demise of the World Capitalist System: concepts for comparative analysis. *Comparative Studies in Society and History*, 16 (4), 387-415.

XALMA, C. (2011). *Report on South-South Cooperation in Ibero-America 2011*. Madrid: Ibero-American General Secretariat (SEGIB).